A INVESTIGAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NOS PROJETOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROSANA APARECIDA DE JESUS SOUSA

RESUMO
Este artigo analisa a investigação como estratégia pedagógica nos projetos da Educação Infantil, destacando sua relevância para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de práticas educativas mais sensíveis, democráticas e participativas. Fundamentada na escuta ativa, na valorização da curiosidade infantil e no respeito aos tempos e linguagens próprios da infância, a abordagem investigativa transcende métodos e conteúdos pré-estabelecidos, constituindo-se como uma postura pedagógica que promove experiências de aprendizagem significativas, contextualizadas e colaborativas. A reflexão articula os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) às concepções contemporâneas de infância, explorando, ao longo de seis eixos temáticos, aspectos essenciais dessa prática: a criança como sujeito investigativo; o professor como mediador de processos de construção do conhecimento; a organização do ambiente como estímulo à exploração e à curiosidade; o planejamento de projetos ancorado nos interesses do grupo; os efeitos da investigação no desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor das crianças; e a documentação pedagógica como instrumento de escuta, análise e visibilidade dos processos educativos. Ao reconhecer a investigação como fundamento da prática docente na Educação Infantil, o artigo reafirma o papel ativo das crianças na construção de saberes e sentidos, bem como a responsabilidade dos educadores na criação de contextos que favoreçam aprendizagens potentes, éticas e transformadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Investigação pedagógica; Campos de experiências; Aprendizagem significativa.

ABSTRACT
This article analyzes research as a pedagogical strategy in Early Childhood Education projects, highlighting its relevance for the integral development of children and for the construction of more sensitive, democratic and participatory educational practices. Based on active listening, valuing children's curiosity and respecting the times and languages of childhood, the investigative approach transcends pre-established methods and content, constituting itself as a pedagogical stance that promotes meaningful, contextualized and collaborative learning experiences. The reflection articulates the principles of the National Common Curricular Base (BNCC) with contemporary conceptions of childhood, exploring, along six thematic axes, essential aspects of this practice: the child as an investigative subject; the teacher as a mediator of knowledge construction processes; the organization of the environment as a stimulus to exploration and curiosity; the planning of projects anchored in the interests of the group; the effects of research on the cognitive, social, emotional and motor development of children; and pedagogical documentation as an instrument for listening, analysis and visibility of educational processes. By recognizing research as the foundation of teaching practice in Early Childhood Education, the article reaffirms the active role of children in the construction of knowledge and meanings, as well as the responsibility of educators in creating contexts that favor powerful, ethical and transformative learning.

KEY-WORDS: Pedagogical research; Fields of experience; Meaningful learning.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa a etapa inicial da educação básica, na qual se estabelece a base para o desenvolvimento integral da criança. Nesse cenário, a adoção de uma abordagem investigativa revela-se não apenas como uma prática pedagógica eficaz, mas também como uma via para garantir os direitos de aprendizagem assegurados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017, p. 38). Tal abordagem ultrapassa a ideia de mera técnica ou metodo-

logia, configurando-se como uma postura educativa que valoriza a curiosidade, a escuta ativa e o protagonismo infantil no processo de construção do conhecimento.

Diferenciando-se dos modelos tradicionais que privilegiam a transmissão de conteúdos previamente elaborados, a investigação na Educação Infantil emerge das experiências e questionamentos cotidianos das crianças. Essa perspectiva valoriza as hipóteses e relações que elas estabelecem com o meio, permitindo que o conhecimento seja construído em contextos reais, significativos e respeitando os ritmos, interesses e formas de expressão peculiares à infância (KRAMER, 2011, p. 63).

Nesse sentido, os projetos pedagógicos investigativos despontam como estratégias fundamentais para operacionalizar essa concepção. Por meio deles, temas relevantes para o grupo são aprofundados a partir de um processo colaborativo que envolve crianças, educadores e comunidade. Tal dinâmica redefine o papel do professor, que passa de mero transmissor de saberes a mediador de experiências e organizador de ambientes propícios à aprendizagem.

A adoção da investigação como estratégia pedagógica requer do educador sensibilidade apurada para observar, escutar e interpretar as necessidades e interesses infantis. Além disso, demanda a elaboração de contextos que favoreçam a exploração, o diálogo e a problematização, estimulando múltiplas linguagens, tais como o desenho, a música, o movimento e a oralidade (BARBOSA; HORN, 2008, p. 52).

Considerando esses aspectos, este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre a utilização da investigação nos projetos da Educação Infantil, pautada em fundamentos teóricos e práticas pedagógicas contemporâneas. Para tanto, serão examinados cinco eixos centrais: a criança como sujeito investigativo; o professor como mediador das investigações; a organização do ambiente como estímulo à curiosidade; o planejamento e desenvolvimento dos projetos investigativos; e, por fim, os impactos dessa abordagem no desenvolvimento infantil.

A CRIANÇA COMO SUJEITO INVESTIGATIVO

Desde os primeiros momentos da vida, a criança demonstra uma curiosidade natural e incessante em relação ao mundo que a cerca. Esta curiosidade não se limita a uma simples observação passiva, mas traduz-se em ações concretas, como explorar objetos, formular perguntas, testar hipóteses e buscar respostas por meio da experimentação. Tal comportamento é indicativo de uma postura investigativa intrínseca à infância, que deve ser reconhecida e valorizada no ambiente educacional. Conforme aponta Rinaldi (2001, p. 21), as crianças são agentes culturais ativas e produtoras de conhecimento, cujas expressões e intenções devem ser cuidadosamente escutadas e compreendidas pelo educador para que o processo educativo seja genuinamente significativo.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), a criança é concebida como

> [...] sujeito ativo, histórico e cultural, que nas interações, relações e práticas cotidianas vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona, constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (p. 14).

O brincar, como principal forma de expressão e interação da criança com seu contexto, representa o espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas atitudes investigativas. É através das brincadeiras que a criança simula situações, experimenta papéis e relações, e constrói sentidos que ampliam sua compreensão do mundo. Kishimoto (2007, p. 37) ressalta que o brincar é uma atividade que envolve criatividade, reflexão e experimentação, características essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade investigativa. No ato de brincar, a criança não apenas reproduz o que conhece, mas também reinventa e projeta novas possibilidades, configurando-se como protagonista de seu processo de aprendizagem.

Quando o ambiente educacional promove a escuta ativa e valoriza as perguntas espontâneas das crianças, cria-se um contexto rico para o desenvolvimento do pensamento in-

vestigativo. Nessa perspectiva, a investigação não é vista como uma atividade pontual ou isolada, mas como um modo de estar no mundo que estimula a problematização constante, a busca por respostas e a construção coletiva do conhecimento. Os projetos pedagógicos que se estruturam a partir das questões levantadas pelas crianças ganham relevância, pois respeitam seus interesses e suas formas particulares de compreender a realidade, tornando a aprendizagem mais significativa e motivadora.

Além disso, incentivar a criança a ser investigadora favorece a construção de sua autonomia intelectual e emocional, ao fortalecer sua autoestima e sua capacidade de tomar iniciativa. O reconhecimento da criança como sujeito ativo do processo educativo implica romper com modelos tradicionais que a tratam como mera receptora passiva de informações, para valorizá-la como alguém capaz de interpretar, questionar e transformar o mundo ao seu redor. Oliveira (2002, p. 89) enfatiza que essa concepção é fundamental para uma educação que respeite a singularidade infantil e potencialize suas múltiplas formas de expressão e conhecimento.

Essa postura investigativa desde a Educação Infantil contribui diretamente para a alfabetização científica, entendida não apenas como o domínio de conteúdos científicos, mas como o desenvolvimento de habilidades para formular perguntas relevantes, observar com atenção, levantar hipóteses plausíveis e buscar evidências fundamentadas. Essa alfabetização amplia-se para todas as áreas do conhecimento, promovendo uma postura reflexiva e crítica que será essencial para a trajetória escolar e para a formação cidadã das crianças.

Portanto, reconhecer a criança como sujeito investigativo implica em adotar uma prática pedagógica que valorize sua curiosidade, respeite seus tempos e modos de aprender, e estimule a escuta sensível e a expressão por meio das diversas linguagens presentes na infância. Só assim a Educação Infantil pode cumprir seu papel de garantir uma aprendizagem significativa e formativa, que prepara a criança para os desafios futuros com autonomia e criticidade.

O PROFESSOR COMO MEDIADOR DE INVESTIGAÇÕES

No âmbito da pedagogia investigativa, o papel do professor sofre uma transformação profunda, deixando de ocupar a posição centralizadora do saber para assumir a função de mediador e organizador de experiências que promovam a aprendizagem significativa e contextualizada. Para desempenhar essa função, é imprescindível que o educador adote uma postura reflexiva e investigativa em relação à sua própria prática pedagógica, empenhando-se em observar, escutar e interpretar atentamente as manifestações das crianças, seus interesses e suas hipóteses iniciais, conforme ressaltam Barbosa e Horn (2008, p. 58). Essa postura crítica permite ao professor adaptar continuamente suas intervenções, respeitando os ritmos e as particularidades de cada criança e do grupo.

Assumir o papel de mediador implica acolher de maneira genuína as perguntas formuladas pelas crianças, reconhecendo-as como pontos de partida para a construção do conhecimento. O educador deve organizar essas indagações em percursos pedagógicos intencionais que possibilitem o aprofundamento progressivo dos temas investigados. Esse processo requer um planejamento flexível e sensível, pois as investigações infantis não se desenvolvem segundo roteiros rígidos, mas sim de forma orgânica, acompanhando os interesses e as descobertas emergentes das crianças, o que demanda do professor uma capacidade constante de adaptação e improvisação reflexiva.

> [...] o professor é o iniciador, o mediador, e o provedor da estrutura dentro da qual as crianças podem explorar, brincar e assumir a responsabilidade por sua aprendizagem, isso faz as coisas ficarem muito diferentes. Mais importante, esta abordagem certamente libera os professores para passar mais tempo com as crianças. O professor se torna um organizador efetivo da situação de aprendizagem, na qual ele reconhece, afirma e apoia as oportunidades para a criança aprender à sua própria maneira, em seu nível e a partir de suas experiências passadas (conhecimentos prévios). (MOYLES, 2002, p.

101).

Além disso, o professor exerce a função de provocador de reflexões, estabelecendo pontes entre as experiências concretas das crianças e os saberes socialmente construídos. Por meio da oferta de materiais variados, da proposição de desafios instigantes, do registro das falas e das ações infantis, o educador cria contextos de aprendizagem ricos que incentivam a análise crítica, a comparação de ideias e a argumentação fundamentada. Oliveira (2002, p. 93) enfatiza que essa mediação é essencial para converter a curiosidade espontânea das crianças em um conhecimento mais sistematizado e estruturado, proporcionando-lhes ferramentas para compreender e intervir no mundo.

A mediação pedagógica também está intimamente relacionada à prática da documentação, que torna visível o percurso investigativo e o processo de construção do conhecimento das crianças. Por meio de registros como fotografias, anotações, vídeos e produções artísticas, o professor amplia sua capacidade de escuta e análise, reconhecendo e valorizando os saberes que emergem no cotidiano escolar. Segundo Rinaldi (2001, p. 27), essa documentação não apenas subsidia a reflexão sobre a prática pedagógica, mas também facilita a comunicação e o envolvimento das famílias e da comunidade escolar no processo educativo, promovendo uma rede colaborativa em torno da criança.

O professor que atua como mediador de investigações assume uma postura ética e estética diante da infância, compreendendo que aprender é um ato essencialmente relacional que requer tempo, respeito, atenção e envolvimento genuíno. É por meio de sua escuta cuidadosa e intervenções qualificadas que ele contribui para a formação de crianças críticas, criativas e investigativas, preparadas para enfrentar os desafios da vida com autonomia e sensibilidade.

ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE COMO ESTÍMULO À CURIOSIDADE

A organização dos espaços na Educação Infantil assume um papel fundamental na promoção da investigação, funcionando como um elemento que estimula e potencializa o interesse natural da criança pelo mundo. Um ambiente cuidadosamente planejado, que seja instigante, acessível e acolhedor, convida a criança a explorar, questionar e experimentar, favorecendo a construção do conhecimento. Conforme argumenta Gandini (2012, p. 133), o ambiente deve ser compreendido como o "terceiro educador", ao lado do adulto e das próprias crianças, devido ao seu papel ativo em provocar aprendizagens significativas e sensoriais.

Os elementos que compõem o espaço físico — tais como os materiais disponíveis, a disposição dos móveis, a iluminação, a estética e a organização — transmitem intencionalidades pedagógicas e influenciam diretamente as possibilidades de ação e interação das crianças. Ambientes ricos em estímulos sensoriais e dotados de materiais diversificados, especialmente aqueles não estruturados, ampliam o potencial de manipulação, criação e elaboração de hipóteses, elementos essenciais para o desenvolvimento do pensamento investigativo. Paralelamente, uma organização clara e funcional do espaço promove a autonomia infantil e contribui para o desenvolvimento da autorregulação, aspectos fundamentais para a formação de sujeitos capazes de se apropriar do próprio processo de aprendizagem.

A proposição de "ateliês" ou "estações de investigação" representa uma estratégia concreta para fomentar a curiosidade e a exploração de diferentes linguagens e recursos. Esses espaços especializados devem ser configurados com base nas observações realizadas pelo educador acerca dos interesses e necessidades do grupo, assegurando a diversificação dos materiais — como água, terra, tintas, instrumentos musicais, lupas e espelhos — e a possibilidade de ampliação e reinvenção dos temas investigados. Dessa forma, o ambiente torna-se dinâmico e vivo, refletindo o percurso coletivo das descobertas infantis.

O ambiente investigativo se estende, igualmente, ao espaço externo da escola, que oferece um cenário privilegiado para a pesquisa e o contato direto com a natureza. Jardins, pátios e hortas constituem ambientes ricos para o desenvolvimento sensório-motor, cognitivo e socioemocional das crianças,

proporcionando múltiplas oportunidades para o surgimento de perguntas, hipóteses e descobertas espontâneas. Barbosa e Horn (2008, p. 61) ressaltam que a relação com o ambiente natural é uma fonte fecunda para o pensamento investigativo, incentivando o respeito à diversidade dos seres vivos e ao cuidado com o meio ambiente.

É indispensável que o ambiente seja concebido de modo a favorecer a colaboração entre as crianças. Espaços que incentivam a convivência, o diálogo e a escuta mútua criam condições para a construção coletiva do conhecimento, transformando a investigação em um processo de coautoria. Cada criança, ao compartilhar suas perspectivas, contribui para enriquecer o percurso do grupo, tornando a aprendizagem uma experiência socialmente compartilhada e afetivamente significativa.

Assim, a organização do ambiente como estímulo à curiosidade configura-se como uma estratégia pedagógica imprescindível para o desenvolvimento dos projetos investigativos na Educação Infantil. Trata-se de um espaço vivo, em constante transformação, que reflete e potencializa as aprendizagens, os interesses e os valores do coletivo infantil.

O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INVESTIGATIVOS

Na Educação Infantil, os projetos investigativos configuram-se não como uma mera sequência fragmentada de atividades, mas como uma estratégia curricular integrada que possibilita às crianças aprofundarem-se em temas de relevância, de maneira contextualizada e significativa. Para que esse processo ocorra com efetividade, é imprescindível que o planejamento pedagógico seja concebido de forma flexível, colaborativa e centrada nas experiências e interesses infantis, permitindo a reorganização contínua diante das descobertas e necessidades do grupo.

O ponto de partida de um projeto investigativo geralmente emerge das indagações espontâneas das crianças, que se manifestam por meio de conversas, brincadeiras ou observações do cotidiano escolar. Compete ao educador a sensibilidade para identificar esses momentos e convertê-los em percursos de aprendizagem ricos e desafiadores. Conforme Hernández e Ventura (1998, p. 38), o projeto deve manter-se aberto e em construção, respeitando o ritmo próprio do grupo e a natureza dinâmica do conhecimento em formação.

Ao longo do desenvolvimento, torna-se fundamental a organização cuidadosa de tempos e espaços que propiciem a continuidade das investigações, incluindo momentos dedicados à pesquisa, registro documental, construção coletiva de hipóteses e práticas experimentais. A escuta ativa do professor assume papel central, pois é por meio dela que se identificam novas direções, ampliam-se as questões iniciais e promovem-se articulações interdisciplinares, favorecendo a ampliação dos horizontes cognitivos e afetivos das crianças.

O planejamento deve também observar a integração dos campos de experiências previstos na BNCC (BRASIL, 2017, p. 39), garantindo que as investigações contemplem o desenvolvimento integral da criança. Campos como “Corpo, gestos e movimentos”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Traços, sons, cores e formas” são comumente mobilizados nas vivências investigativas, assegurando a multiplicidade de linguagens e modos de expressão que caracterizam a infância.

É essencial destacar que a ênfase do projeto investigativo não reside na produção de um produto final, mas no processo vivido pelas crianças, marcado por perguntas, descobertas, mudanças de perspectiva e interações sociais. A avaliação deve refletir essa valorização do percurso, privilegiando registros que evidenciem o crescimento coletivo e individual ao longo do projeto, contribuindo para uma prática docente ética, sensível e comprometida com a construção de uma escola dialógica, criativa e significativa.

OS EFEITOS DA ABORDAGEM INVESTIGATIVA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A incorporação da investigação como prática pedagógica nos projetos da Educação Infantil promove impactos significativos e abrangentes no desenvolvimento integral das crianças. Esta abordagem ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, estimulan-

do múltiplas dimensões do desenvolvimento humano — cognitiva, social, afetiva, comunicativa e motora — de maneira articulada e contextualizada, ampliando assim as possibilidades de aprendizagem e construção de sentidos no universo infantil.

No âmbito cognitivo, a investigação desenvolve habilidades fundamentais, como a observação detalhada, a análise crítica, a comparação de fenômenos e a formulação de hipóteses. A criança aprende a organizar suas percepções e a sistematizar informações, construindo conhecimento ativo e reflexivo. Conforme ressalta Oliveira (2002, p. 91), essa dinâmica contribui para a ampliação do raciocínio lógico, da atenção sustentada e da memória, elementos essenciais para a aprendizagem ao longo da vida.

Em relação ao desenvolvimento social e emocional, os projetos investigativos promovem o fortalecimento das relações interpessoais, favorecendo práticas de cooperação, respeito mútuo e empatia. A criança inserida em investigações coletivas vivencia a negociação de ideias, o diálogo construtivo e o manejo de frustrações, experiências que constituem o fundamento para a convivência democrática e para a construção de valores éticos e cidadania ativa.

A dimensão comunicativa é igualmente mobilizada no contexto investigativo, uma vez que as crianças são incentivadas a expressar suas hipóteses, relatar observações e construir narrativas compartilhadas. Essa interação linguística favorece o desenvolvimento da oralidade, da leitura e da escrita de maneira significativa e contextualizada. Vygotsky (1998, p. 114) enfatiza que a linguagem é um instrumento indissociável do pensamento e da mediação social, papel este que é ampliado nos processos investigativos.

Quanto ao desenvolvimento motor, as práticas investigativas ampliam as possibilidades de exploração corporal e manipulação de objetos, estimulando a coordenação motora fina e grossa, o equilíbrio e a percepção espacial. A interação com materiais diversos e ambientes variados possibilita à criança experimentar diferentes formas de movimento, contribuindo para seu desenvolvimento psicomotor integrado.

A abordagem investigativa contribui para o fortalecimento da autoestima e da autonomia infantil. Ao reconhecer e valorizar as ideias, perguntas e descobertas das crianças, cria-se um ambiente que reforça a confiança e o protagonismo delas no processo de aprendizagem. Esse reconhecimento tem efeitos diretos na construção da identidade infantil, no engajamento com os desafios escolares e no estabelecimento de vínculos positivos com o conhecimento e com os outros.

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

A documentação pedagógica ocupa um lugar central na abordagem investigativa, pois permite tornar visível o percurso de aprendizagem das crianças, além de subsidiar o planejamento e a reflexão docente. Trata-se de uma prática que vai além do simples registro de atividades, assumindo a função de acompanhar e interpretar os processos vivenciados pelos sujeitos no cotidiano escolar. Ao documentar as experiências, o professor consegue identificar os interesses, os avanços, as hipóteses formuladas e as estratégias utilizadas pelas crianças ao longo dos projetos, valorizando a singularidade de cada trajetória. Rinaldi (2001, p. 28) afirma que documentar é um ato pedagógico e político, pois expressa uma visão de criança como produtora de conhecimento e não como receptora passiva.

A documentação pode assumir diversas formas: fotografias, vídeos, áudios, transcrição de falas, desenhos, mapas conceituais e portfólios colaborativos. Esses registros devem ser organizados de maneira ética e acessível, de modo que possam ser utilizados como instrumento de escuta, análise e devolutiva para os próprios sujeitos envolvidos no processo. Ao revisitar os registros com as crianças, o educador favorece a metacognição, ou seja, a capacidade de refletir sobre o que foi aprendido, como se aprendeu e o que ainda se deseja investigar, ampliando a consciência dos processos de construção do conhecimento.

Além de ser uma ferramenta valiosa para o planejamento pedagógico, a documentação aproxima as famílias da dinâmica escolar, promovendo o diálogo entre os diversos ato-

res que compõem a comunidade educativa. Quando exposta em murais, painéis ou portfólios compartilhados, ela rompe com a invisibilidade do cotidiano escolar e oferece às famílias uma compreensão mais profunda e contextualizada das aprendizagens infantis. Essa transparência fortalece os vínculos de confiança entre escola e família, e valoriza as experiências infantis como formadoras de sentido e identidade.

A análise da documentação também constitui uma prática reflexiva essencial para a formação contínua do professor. Ao revisar os registros, o educador pode reavaliar suas próprias ações, compreender melhor os processos dos alunos e planejar novas estratégias de intervenção. Trata-se de um processo de pesquisa sobre a prática, que alimenta a intencionalidade pedagógica e qualifica o fazer docente. Segundo Formosinho e Oliveira-Formosinho (2012, p. 61), a documentação educativa favorece a construção de um currículo vivo, que se molda a partir dos interesses e experiências reais do grupo.

Portanto, a documentação pedagógica na perspectiva investigativa não é apenas um instrumento de registro, mas um meio de dar visibilidade e sentido ao processo de aprendizagem. Ela contribui para o reconhecimento da criança como protagonista, para a qualificação do trabalho docente e para o fortalecimento da parceria com as famílias. Em um contexto educativo que valoriza a investigação, documentar é também um ato de escutar, interpretar e dialogar com a infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação da investigação como estratégia pedagógica na Educação Infantil configura-se como um avanço essencial na construção de uma educação mais dialógica, sensível e centrada na criança. Ao romper com práticas tradicionais baseadas na transmissão unidirecional de conteúdos, essa abordagem valoriza o protagonismo infantil e reconhece a infância como um tempo de questionamento, criatividade e construção ativa de saberes. Nesse cenário, aprender torna-se uma experiência significativa e contextualizada, em que o processo importa mais do que o produto, e em que a curiosidade e as hipóteses das crianças são a matéria-prima da ação educativa.

Ao longo deste artigo, foram explorados diversos eixos que sustentam a prática investigativa na Educação Infantil, desde o reconhecimento da criança como sujeito epistêmico até os efeitos dessa abordagem no seu desenvolvimento integral. A centralidade da escuta ativa e da observação sensível por parte do educador revelou-se indispensável para que o planejamento pedagógico se alinhe às necessidades, interesses e modos próprios de aprender das crianças. Essa escuta qualificada permite que o professor se torne mediador e provocador de experiências investigativas, estruturando contextos que favoreçam o diálogo, o brincar, a experimentação e a convivência ética.

Outro aspecto fundamental abordado foi a organização do ambiente como terceiro educador. Espaços instigantes e acessíveis, planejados com intencionalidade, estimulam a curiosidade e o engajamento, funcionando como cenário fértil para as descobertas infantis. Da mesma forma, o planejamento e o desenvolvimento dos projetos investigativos mostraram-se elementos centrais para garantir uma aprendizagem integrada e coerente com os campos de experiências da BNCC. Esses projetos, longe de serem sequências de atividades estanques, constituem-se como percursos abertos, em constante reconstrução, que promovem interações significativas e a construção coletiva do conhecimento.

Por fim, destacou-se a documentação pedagógica como ferramenta investigativa e comunicativa, capaz de tornar visíveis os processos de aprendizagem, sustentar práticas reflexivas e fortalecer o diálogo entre escola, criança e família. Documentar é escutar com profundidade, é atribuir sentido às experiências vividas e reconhecer as múltiplas linguagens da infância. Portanto, a investigação na Educação Infantil não se limita a uma metodologia, mas configura-se como uma filosofia pedagógica, fundamentada no respeito, na escuta e na valorização da infância. Ao adotar essa abordagem, reafirma-se o compromisso com uma escola inclusiva, ética e formadora de sujeitos críticos, criativos e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria das Graças Sampaio. Organização do tempo, dos espaços e dos materiais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, DF, 2010.
_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 14 jun. 2025.

FORMOSINHO, João; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Ouvir as crianças: a escuta pedagógica nos contextos de educação e cuidado. Porto Alegre: Penso, 2012.

GANDINI, Lella. O ambiente na abordagem de Reggio Emilia. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. Os cem idiomas da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 127–146.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

KRAMER, Sonia. Por entre as pedras: aridez, beleza e incompletude na formação docente. São Paulo: Ática, 2011.

MOYLES, Janet. R. Só, brincar? O papel do brincar na educação infantil. Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

RINALDI, Carlina. A documentação pedagógica e a escuta das crianças. In: HENDRIX, R. (org.). Reggio Emilia e a filosofia da escuta. Porto Alegre: Penso, 2001. p. 19–33.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.